

# Homossexualidade e direitos corporativos na França

## Nouvelles Questions Féministes

Particularisme et Universalisme, nº 16, 17 e 18. Paris, 1991.

NQF (Nouvelles Questions Féministes) é uma revista que tem como principal objetivo a divulgação da reflexão feminista. Pretende ser o mais amplo fórum em língua francesa para as análises e debates vindos de todo mundo, com particular atenção à Europa e à francofonia.

O prefácio de Christine Delphy, a coordenadora deste número, com sua habitual ironia sarcástica, dá o tom da revista ao "agradecer às autoridades governamentais e universitárias francesas o apoio finalmente concedido para a publicação deste exemplar". Na verdade, a situação é bem outra, e o que houve foi um abandono total por parte das instituições oficiais, que tornou a revista inativa durante quatro anos, com um déficit enorme (seu custo é o quádruplo do preço de capa). Delphy se pergunta se é possível a existência de uma revista desse tipo sem o apoio de um forte movimento feminista, como é o caso da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, onde se contam por dezenas essas publicações. Queixa-se também das mulheres profissionais (inclusive daquelas da área acadêmica) que usufruem da militância das feministas, servindo-se de reflexões e dados empíricos obtidos através dos anos – quando estes não tinham credibilidade acadêmica –, e que hoje desconhecem a necessidade de cooperação financeira com as publicações feministas. Estas notas servem de carapuça a muitas brasileiras.

Para esta resenha, optei, dada a exiguidade de espaço e tempo, por assumir dois artigos que discutem temas em debate também no Brasil: o texto de Franklin e Stacey que aborda a heterossexualidade como única sexualidade, e o texto de Delphy, que trata o tema da redução do feminismo a um corporativismo de mães. Quanto aos demais artigos, limitei-me a alguns comentários, baseando-me nos *abstracts* de cada um.

Dois textos abordam a história recente de movimentos nacionais argelinos. O primeiro, assinado pela Associação pela Igualdade diante

da Lei entre Mulheres e Homens (A.E.L.F.H.), analisa o movimento independente das mulheres na Argélia. Este movimento obteve considerável avanço desde a revolta de outubro de 1988, com a criação de umas vinte organizações agrupadas em quatro grandes correntes em função dos objetivos e formas de luta. Os grupos se reúnem na coordenação das associações de mulheres e executam ações unitárias, conforme as circunstâncias. Mas as mulheres justamente estão-se questionando: sob a pressão dos acontecimentos, teriam elas tido a possibilidade de elaborar sua estratégia de luta específica? E nós, no Brasil, não nos lembramos de situações similares junto a nossos partidos de esquerda?

A segunda matéria, assinada por Marie-Aimée Hélie-Lucas chama-se "Estratégias das mulheres frente aos fundamentalismos no mundo muçulmano". Desenvolve a problemática das identidades nacionais (ou comunitárias, no caso das minorias) que ali se constroem, fundamentadas na religião, nas tradições, na oposição ao mundo externo e na confusão organizada entre nação, comunidade e etnia. As mulheres, consideradas como as depositárias desta identidade, são objeto de rígido controle social e pedra de toque fundamental dos Estados, assim como o foram no passado para os políticos.

Christine Delphy, por sua vez, tenta extrair as conseqüências do caso francês para as feministas de todo o mundo, em seu artigo intitulado "As origens do movimento de libertação das mulheres na França", relatando como em seu país a história do movimento de mulheres tem sido falsificada, há quinze anos, pela líder carismática e capitalista de um grupo financeiro, que se faz passar por sua "fundadora". Os acontecimentos marcantes do surgimento do Movimento de Libertação das Mulheres, em 1970, são aqui lembrados: A. Fouque (ligada ao Movimento Psychologie et Politique) dele não participou, mas apropriou-se mais tarde do seu nome e da sua repercussão – M.L.F. – registrando-o como exclusivo de seu grupo, com fins políticos e comerciais.

Em "Por uma nova ideologia estatutária: o tempo da diferença de Luce Irigaray", Maryse Guerlam aborda criticamente a inclinação pa-

ra a qual caminha a ideologia da diferença, endossada em nome da libertação das mulheres. Encontra-se esta tendência acentuada em particular em Irigaray, em seu novo livro<sup>1</sup>. Essa ideologia se apresenta como sendo ao mesmo tempo a verdade do mundo, a ética e o meio de salvação. A forma de seu discurso consiste em fazer afirmações incontestáveis: utilizar conceitos fora de contexto e reduzidos ao valor de símbolos de uma cosmogonia binária fundamentada no sexo. Essa cosmogonia expulsa as mulheres tanto da sua individualidade como do contexto geral. Fortificada por uma retórica apocalíptica, a fórmula da salvação se exprime em termos de um nacionalismo feminino acompanhado pela reivindicação de um Direito estatutário reservado às mulheres e baseado na virgindade e na maternidade.

José Contretas e Jeanne Favret-Saada em "Trabalho terapêutico como produção doméstica" relatam e analisam o fenômeno da feitiçaria numa região do oeste da França, nos anos 1968/71. Acontece numa propriedade agrícola, na qual uma grave crise é atribuída a fatos sobrenaturais. O recurso ao exorcismo parece ser a terapia indicada. Esta família é considerada como um todo solidário, mas a cura pelo exorcismo apela para a diferença dos papéis sexuais. A esposa é investida de responsabilidade e de autoridade na aplicação das prescrições – um conjunto de práticas ritualizadas – similares, aliás, ao trabalho doméstico das mulheres. O trabalho terapêutico que a esposa efetua decorre de seu papel e de seu estatuto tradicionais no pequeno estabelecimento agrícola familiar, e ela não os questiona.

Andrée Michel trata em "A dissuasão nuclear na França e a democracia proibida" da erosão da democracia na França com a emergência do complexo militar-nuclear, após a Segunda Guerra Mundial. Segundo Michel, o Parlamento francês foi afastado da informação e da participação nas decisões. O Estado nuclear francês e as grandes empresas privadas que trabalhavam pelo nuclear controlam a opinião pública francesa, graças a sua penetração na mídia, no sistema de educação francês e na alocação de verbas para pesquisa. A sociedade em geral não tem nenhuma oportunidade de ouvir mensagens alternativas sobre a dissuasão nuclear. Será que o futuro da sociedade francesa estará em sua aliança ao *Big Brother*?

Grete Madsen escreve sobre A Europa fe-

minista, tendo como subtítulo "Mulheres dinamarquesas querem fazer tudo! Serão capazes?", afirmando que a resposta é não. Mesmo na Dinamarca, está longe a igualdade entre mulheres e homens. A razão pela qual as mulheres nórdicas obtiveram certa equivalência institucional é encontrada nas estruturas específicas dessas sociedades: o capitalismo democrático, a tradição do sistema escolar e o nível de instrução, a tradição auto-gestionária e a severidade da disciplina luterana no trabalho. A seu ver, a igualdade só acontecerá quando houver redução geral do tempo de trabalho, o que é uma reivindicação de vários setores da população.

Nesse número, encontramos também notícias sobre movimentos de mulheres no mundo, inclusive no Brasil. Neste, os dados foram reunidos por Andrée Michel por ocasião de sua vinda para o lançamento do livro sobre estereótipos sexuais, publicado sob os auspícios da UNESCO e traduzido aqui pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de São Paulo, em 1988. O texto divulga aspectos interessantes das realizações feministas, sua atuação em cargos eletivos e legislativos e suas iniciativas em prol da defesa dos direitos das mulheres. Infelizmente, contém diversos equívocos nos nomes e partidos políticos.

Passo em seguida ao resumo mais detalhado dos artigos escolhidos em função da minha identificação com suas posições.

A matéria de Sarah Franklin e Jackie Stacey<sup>2</sup>, "O ponto de vista lesbiano nos estudos feministas", critica a exclusão da análise sobre a sexualidade nos cursos de estudos feministas nas universidades. Suas autoras consideram que aos estudos feministas falta uma análise crítica da sexualidade: eles negligenciam o lesbianismo, reproduzindo assim sua marginalização e não problematizam a heterossexualidade. A inclusão do ponto de vista lesbiano leva a uma análise da instituição da heterossexualidade como imposição social, forma de opressão e controle das mulheres. Esta abordagem permitiria estudar a sexualidade como "construção social e cultural" e poderia desconstruir radicalmente as "ideologias naturalistas", formas de legitimação da maioria dos sistemas de opressão. O questionamento da heterossexualidade é um desafio para todas as feministas e este artigo visa favorecer o debate sobre estas questões, pois a heterossexualidade é, em geral, abordada somente no quadro da contracepção e do aborto.

1. IRRIGARAY, Luce. *Le temps de la différence. Pour une révolution pacifique*. Paris: Librairie Générale Française, Le Livre de Poche, 1989.

2. STACEY, Jackie e FRANKLIN, Sarah. "Lesbian Perspectives on Women's Studies." In: *Women's Studies Occasional papers* nº 11, University of Kent at Canterbury Publ, 1986.

Stacey e Franklin atribuem essa marginalidade da análise crítica da sexualidade:

a) (em particular do lesbianismo) ao pensamento ingênuo de que a sexualidade se limita à atração e ao prazer físico, ou ao que se faz na cama;

b) ao amálgama feito, e raramente analisado, entre a reprodução e a sexualidade, mascarando as implicações políticas das relações heterossexuais, impedindo a questão do porquê deste ser considerado o único modo legítimo de expressão sexual;

c) à falsa idéia de que a sexualidade é um domínio que pode ser considerado distinto da cultura material e do sistema político-econômico.

Citando Arnup<sup>3</sup>, "na esfera econômica, o heterossexualismo reforça a desigualdade na escala de salários entre homens e mulheres, supondo que o salário das mulheres é só um complemento àquele dos homens. No lar, a ideologia do trabalho das mulheres, como expressão de seu amor e extensão da maternagem, serve para perpetuar a gratuidade do trabalho doméstico. O heterossexualismo leva as mulheres a suportarem, em silêncio, o incesto, a violação, as pancadas e outras formas de violência e de coerção em nome da família e do amor conjugal. O heterossexualismo serve para apagar todo e qualquer traço da existência das lesbianas através da destruição de arquivos e de documentos pessoais, do medo de conflitos pela guarda das crianças, a perda de empregos, o ostracismo de amigas(os) e da família".

A sexualidade e o impulso sexual são enquadrados sempre com um referencial ideológico à natureza, e é preciso desconstruir a identificação com a natureza, mostrando as contradições históricas e contemporâneas dessa abordagem, contidas, por exemplo, na moral vitoriana que defendia o comportamento social em oposição aos fatos naturais, enquanto hoje fazemos o oposto, empregando a natureza como oposição ao lesbianismo e ao homossexualismo, pois o natural seria o heterossexualismo.

Mas Stacey e Franklin refutam tal argumento, colocando que, se fosse uma questão de imitar a natureza, por que as relações heterossexuais seriam sobretudo admissíveis sob formas muito precisas? Isto é, num casal monogâmico, casado, heterossexual, partes genitais contra partes genitais, o homem sobre a mulher, à noite e de preferência no escuro? Esse ato,

assim chamado natural, é sem dúvida uma forma de expressão sexual fortemente estruturada e artificialmente delimitada, com finalidades específicas.

As teses feministas continuam a admitir o coito como sendo a expressão única de comportamento sexual, a contracepção como um mal necessário e a sexualidade como termo equivalente à heterossexualidade.

Christine Delphy desenvolve em "Liberação das mulheres ou direitos corporativos das mães?" sua preocupação com a tendência encontrada em diversas feministas contemporâneas a basearem os direitos das mulheres em sua especificidade e em particular sobre seu papel materno. Essa tendência não é uma novidade, mas é nova a reivindicação implícita de que as mulheres detenham todos os direitos parentais sobre as crianças. Isto coloca o problema da exclusão de uma metade da humanidade dos cuidados com os jovens da espécie e do poder indevido detido por todos os adultos sobre todas as crianças. Essas contradições existem em todo o pensamento feminista desde seu surgimento nos países ocidentais em 1968/1970, e Delphy as vê hoje como uma tentativa regressiva.

A reivindicação materna poderia ser assim esquematizada:

- tendência a basear os direitos das mulheres - sua reivindicação de liberação - na sua especificidade (e não na sua universalidade, isto é, o fato de pertencerem à espécie humana);

- tendência a fundamentar essa especificidade em uma função particular, a da procriação (isto não é novidade, nem na história das idéias sobre as mulheres, nem na história do feminismo. Mas a ênfase dada hoje à filiação, esta sim, pode parecer novidade);

- tendência a reivindicar direitos especiais sobre outra categoria: as crianças (nesse estágio da evolução da ideologia da especificidade, a novidade consiste em que a maternidade e sua idealização se tornam escudos atrás dos quais avança, mascarada, a recusa da divisão com os homens da propriedade das crianças).

A reivindicação da especificidade materna é, pois, uma reivindicação fundamentada na maternidade; reciprocamente, a maternidade seria especificante. Esta reciprocidade ilustra bem o problema central criado por toda a ideologia da diferença, quer ela se aplique ao grupo

3. ARNUP, Kathryn. *Resources for feminist research*. Toronto: The Lesbian Issue, 1983.

4. WITZMAN, Eleonore J. *The divorce revolution*. New York: Macmillan, 1985.

das mulheres ou a outros grupos: a especificidade permite pedir direitos exorbitantes (no sentido jurídico, isto é, acima dos direitos comuns), não concedidos a outros; mas esta mesma especificidade exige – e aí temos o reverso da medalha – a renúncia a todos os outros direitos, isto é, o tratamento comum.

Na realidade, o que se observa é o crescimento do número das mulheres chefes de família, sendo uma pequena percentagem as mães celibatárias voluntárias, aliada à maioria de mães divorciadas, das quais 90% solicitam a guarda das crianças. Nos Estados Unidos, segundo Witzman<sup>4</sup>, um ano após o divórcio, o nível de vida das mulheres baixa 70%, enquanto o de seus ex-maridos sobe 40%. No ano 2000, a maioria absoluta das pessoas norte-americanas vivendo na pobreza será de mulheres e crianças.

A autora questiona: isto significa que a guarda das crianças é, para as mulheres, a tal ponto importante que estão prontas a aceitar essa baixa significativa em seu padrão de vida? Ou será que, sabendo que seu padrão vai cair, desejam ter as crianças como compensação?

Será a 'reivindicação maternal' o motor dessa evolução, ou será ela a racionalização de uma situação prejudicial às mulheres e que elas não sabem de que maneira modificar?

Delphy prossegue exemplificando os debates que se travam hoje no movimento feminista em torno das questões vinculadas à reivindicação da especificidade materna.

Com respeito à preocupação em relação às novas tecnologias reprodutivas (NTR), diz Delphy que o fenômeno das mães portadoras (entre nós, barrigas de aluguel) corre, é verdade, o risco de se transformar em uma exploração de mulheres pobres em benefício das ricas. Será admissível, em tese, que se vendam processos biológicos? Sabemos, por outro lado, que centenas de milhares de prostitutas, dentre as quais 3/4 involuntárias, seqüestradas ou negociadas pelos pais e mantidas em condições de escravidão e de tortura, vendem seu corpo todos os dias, por vezes, sem qualquer benefício pessoal. As mães portadoras se contam às centenas: sua 'exploração' dura 9 meses, é voluntária e a venda desse processo lhes cabe. Se a exploração do corpo fosse realmente a preocupação das críticas, como explicar que as mães portadoras sejam objeto de um escândalo maior para as feministas que a prostituição?

Há também a denúncia de um genocídio, o mito da eliminação das mulheres graças a matrizes (úteros) artificiais. Seria igualmente preciso, para admitir esta hipótese, crer que para os homens as mulheres só existem enquanto lhes prestam serviços. Ainda que verdadeira esta afirmação, é preciso ver que as mulheres não servem aos homens somente como reprodutoras, pois produzem mais da metade do trabalho da humanidade, e 3/4 partes desse trabalho são gratuitas e os beneficiam. Qual seu interesse então em eliminá-las nessas condições, se, além de seus óvulos, também seu trabalho é gratuito? Suprimir as mulheres não redundaria em matar a galinha dos ovos de ouro?

Talvez uma das explicações seja o fato de a sociedade ter sempre acreditado que a filiação materna fosse mais 'biológica' do que a paterna. Essa crença foi abalada pelos trabalhos das antropólogas, em particular os de N.C. Mathieu<sup>5</sup>, mostrando que a filiação materna é tão social quanto a paterna; mas a sociedade abandonou o conhecimento de seu próprio papel, que estava, apesar de tudo, inscrito no Direito, para favorecer o 'biológico'. Assim, a filiação materna não somente mantém seu caráter biológico, mas ela se torna o próprio modelo de filiação. E, hoje, quando o legislador tenta basear, doravante 'na biologia', o papel do pai, algumas feministas, para manterem a vantagem das mulheres no assunto, se opõem ao que chamam 'a biologização da paternidade'<sup>6</sup>.

O problema das crianças e de sua guarda não é considerado exceto sob o ângulo alternativo, da rivalidade, do conflito, ou "o que um ganha, o outro perde". Não é questionado por ninguém e parece a todos um fato lamentável, embora sem remédio. Que esse fato esteja ligado ao estatuto da propriedade privada das crianças – e que esse estatuto não seja mais inevitável que qualquer outro estatuto social – não preocupa ninguém tampouco.

Parece a Delphy que um projeto feminista que não questione todas as formas de submissão – inclusive aquelas que parecem naturais, já que afinal estamos bem situadas para saber que a nossa submissão também o era, ou melhor, ainda o é – tornar-se-á um projeto corporativista, e não merecerá o nome de projeto de libertação.

DANDA PRADO ■

5. MATHIEU, Nicole-Claude. "Paternité biologique, maternité sociale". In: Andrée Michel, *Sexisme et sociétés*. Ed. Femmes, Paris, P.U.F., 1977.

6. VANDELAC, Louise, DESCARRIES, Francine e GAGNON, Gemma. Du privé au politique: la maternité et le travail des femmes comme enjeux des rapports de sexe. Montréal: U.Q.U.A.M., 1990.